



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023.

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, acerca das medidas adotadas à prevenção e ao combate ao garimpo ilegal no estado do Amazonas.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, solicitar informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, acerca das medidas adotadas à prevenção e ao combate ao garimpo ilegal no estado do Amazonas. Neste contexto, solicito:

- a) Quais medidas estão sendo atualmente utilizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a prevenção e combate à extração ilegal de ouro e demais minérios no estado do Amazonas?
- b) Quais os órgãos federais responsáveis pela eventual fiscalização de extração ilegal de ouro e demais minérios no Amazonas?
- c) O Ministério da Justiça e Segurança Pública pretende alterar as regras para a extração ilegal de ouro e demais minérios, em relação às normas atualmente vigentes?
- d) Quais os programas, projetos de controle e combate à extração ilegal de ouro e demais minérios que estão sendo utilizados ou instituídos pelo Ministério da Justiça e





Segurança Pública? Quais as ações, projetos e/ou programas estão sendo implementados, bem como entre seus órgãos vinculados para a promoção dos trabalhos de monitoramento, controle, fiscalização, prevenção e combate à extração ilegal de ouro e demais minérios?

- e) Qual a previsão para criação de uma política nacional de enfrentamento a esse tipo de crime?
- f) Há a previsão de verbas federais destinadas à prevenção e combate à extração ilegal de ouro e demais minérios?
- g) Qual a previsão orçamentária destinada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública à prevenção e combate à extração ilegal de ouro e demais minérios?
- h) Há atualmente, no organograma do Ministério da Justiça e Segurança Pública, alguma secretaria ou órgão responsável pela fiscalização e/ou recebimento de denúncias acerca da extração ilegal de ouro e demais minérios?
- i) Há, dentro da estrutura da pasta, algum grupo designado a dar celeridade às ações de combate e prevenção à extração ilegal de ouro e demais minérios?
- j) Qual a atual disponibilidade orçamentária para projetos voltados à preservação da Floresta Amazônica e o combate à extração ilegal de ouro e demais minérios? Qual é o plano e quais os critérios utilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para a utilização e distribuição de recursos financeiros captados pelo Fundo da Amazônia na presente situação? Existem valores contingenciados?
- k) Quais são as parcerias estabelecidas pelo governo federal e o Ministério da Justiça e Segurança Pública com





organizações não governamentais e setor privado para combater a extração ilegal de ouro e demais minérios no estado do Amazonas?

- l) Quais são as medidas adotadas pela pasta para identificar e investigar redes de garimpo ilegal que atuam no interior do estado do Amazonas, bem como para responsabilizar os envolvidos?
- m) Há previsão de novas instalações policiais ou destinação de maior quantidade de agentes policiais para o interior do Amazonas?
- n) Quais os principais desafios enfrentados atualmente pela pasta na execução de políticas públicas voltadas ao combate à extração ilegal de ouro e demais minérios, em especial, no estado do Amazonas?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

Considerando as recentes notícias divulgadas pelo próprio Governo Federal acerca da deflagração de ação conjunta das Forças Armadas, da Polícia Federal e do IBAMA, para coibir o garimpo ilegal em Terra Indígena Yanomami, o presente Requerimento de Informações pretende esclarecer questionamentos acerca das atuais medidas e providências adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no combate e prevenção da extração ilegal de ouro e demais minérios¹.

¹<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/acao-do-governo-federal-prende-mais-13-garimpeiros-ilegais-na-terra-indigena-yanomami>





Em ação conjunta das Forças Armadas, da Polícia Federal (PF) e do Ibama, a Operação Ágata Fronteira Norte prendeu 12 homens e uma mulher envolvidos em atividade de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. Os invasores foram retirados da região em um helicóptero e chegaram a Boa Vista em 19 de julho de 2023 para prestar depoimento na superintendência da PF.

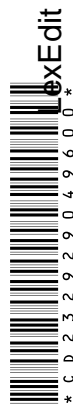
Considerando que, segundo dados do INPE, o garimpo ilegal aumentou 787% em terras indígenas entre 2016 e 2022, gerando impacto direto no solo e nos rios, com a fauna e flora afetadas, além da higiene e sobrevivência da população local².

Considerando que autores do estudo destacam que, em 2018, os yanomami viram a mineração ultrapassar, pela primeira vez, a marca de 2 km² e que, desde aquele ano, o aumento da ilegalidade gerou mais invasões e violações de direitos humanos.

Considerando a crescente importância das pautas ambientais e da política ambiental, sendo o meio ambiente saudável um direito fundamental, e como é essencial que a cobrança do cumprimento de leis ambientais sejam realizadas de forma célere e constante, em decorrência da dificuldade de recomposição da vegetação suprimida.

Por fim, considerando, a gravidade dos dados divulgados frequentemente na mídia sobre o aumento desenfreado do desmatamento em território nacional, como a tamanha importância da preservação da Floresta Amazônica.

²<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/02/11/garimpo-aumenta-787percent-em-terras-indigenas-entre-2016-e-2022-aponta-inpe-infografico.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Amom Mandel** - Cidadania/AM

Assim, na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo, conforme previsão do art. 29 da Constituição Federal, submeto o presente requerimento a fim de que sejam elucidados os questionamentos discorridos, para melhor compreensão acerca do caso.

Sala de sessões, 26 de outubro de 2023

Deputado **AMOM MANDEL**
Cidadania/AM

Apresentação: 27/10/2023 12:10:22.200 - MESA

RIC n.2628/2023



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 / e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD232929049600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

